

## A ciência como instrumento de busca de autonomia

*Ulisses Gabriel*

É indubitável que a capacidade de conhecer e pensar dos seres humanos colocam o universo ao seu alcance, dando-lhe sentido e fazendo com que tente alcançar suas utopias.

Dessa forma, o conhecimento pressupõe a existência de três elementos, quais sejam: o sujeito cognoscente, o objeto cognoscível, e a imagem que representa o ponto de coincidência entre o sujeito e o objeto.

A história humana demonstra a luta homérica pelo alcance do conhecimento, mormente da natureza, pois a intenção era dominá-la e interpretá-la para transmitir o conhecimento para as gerações futuras, conforme podemos perceber ao longo dos tempos.

Ora, os místicos buscaram interpretar o mundo a partir de suas intuições, perceber ao cabo que os filósofos, ao contrários, procuraram conhecer o universo de forma ontológica, ultrapassando, assim, a experiência vulgar, como podemos observar desde a filosofia antiga, com a mitologia, passando pelo período cosmológico, antropológico, socrático, atingindo a filosofia medieval, com Santo Agostinho e São Thomás de Aquino, até chegarmos à filosofia moderna, com a criação da ciência.

Com a filosofia moderna e a criação da ciência, os filósofos, passaram a ser cultores do conhecimento e, por conseguinte, responsáveis pela descoberta de milhares de seguimentos científicos, com a finalidade de saber como as coisas (objetos) realmente são.

Nesse norte, ciência acaba sendo algo específico que nos proporciona conhecer determinada matéria, objeto ou área através de suas características, que são buscadas através de uma discussão organizada e teleológica dos problemas que a realidade apresenta, quiçá, até sua solução, com a elaboração de leis e teorias.

Se ciência é a busca pelo conhecimento, temos que a palavra ciência pode ser assumida em uma acepção lato sensu que significa conhecimento, que a grosso modo significa ultrapassar os limites de dados já existentes.

Por essa razão, os trabalhos científicos, ao contrário dos trabalhos didáticos, que simplesmente repetem o conhecido, trazem à baila novos saberes, capazes de elevar o ser humano à condição de sujeito cognoscente, o que metaforicamente falando poderíamos dizer que a pessoa capaz de conhecer novos saberes passa a ser autor da peça teatral (criador), deixando a condição de ator (repetidor).

Assim, se se passa a condição de autor e por consequência conhecedor de novos saberes, caminha-se a passos largos em direção da autonomia, pois autonomia é a capacidade de auto governar-se, que advirá da capacidade de conhecer e, principalmente, da capacidade de conhecimento de si próprio.

Ora, os mais renomados amantes da sabedoria buscavam, ao que parece, o conhecimento a fim de quem sabe, galgar autonomia, andando, assim, por suas próprias pernas.

Platão, quando criou a alegoria da caverna [1], afirmou que nós todos estamos dentro de uma caverna na qual apenas observamos o mundo através de sombras, razão pela qual precisamos sair dessa caverna e ver o mundo com os nossos próprios olhos [2].

Atualmente, fazendo uso de metáfora, a vida dos seres é como uma escada e é necessário que se chegue ao topo para verificarmos como o as coisas realmente são, analisando o mundo de forma diferenciada, sendo que ao cabo de anos, ou até milhares de anos, na teoria Kardecista (que interpreta o mito da caverna sobre outro prisma), alcançaremos o topo da torre, estando capacitados para andarmos com nossas próprias pernas [3].

E essa evolução dar-se-á através do domínio do conhecimento, alcançado através do conhecimento, sem, contudo, a mitigação da natureza, como ocorreu com o racionalismo dualista de René Descartes, teoria espancada por Fritjof Capra, em sua obra Ponto de Mutação.

Por isso, é importante a ética, que pode ser descrita como conjunto de preceitos morais ou como ciência da conduta humana, conforme afirmado pelo professor Josemar Soares.

Ética, para Perelman:

“Na verdade, dirão, não são as religiões que cada vez fundamentam a moral; a tradição cultural de cada sociedade é que lhe pertencerá elaborar, a um só tempo, suas concepções morais, jurídicas e religiosas. A moral seria a expressão de uma sociedade, em dado momento de sua evolução. É essa a tese da moral sociológica, defendida por Durkheim e, mais particularmente por seu discípulo Lévy-Bruhl, numa obra de grande repercussão: La morale et la science de moeurs.” [4]

Mas por que a ética é importante? A ética é importante na teoria do conhecimento, pois se buscamos o conhecimento para andarmos com nossas próprias pernas, não podemos sobrepujar os princípios morais para tentarmos alcançar de todo modo a autonomia.

Aduz Carlin:

“No seminário desenvolvido sobre o assunto, Lopes e sua equipe de pesquisadores configuraram o objeto da ética sob dois aspectos:

a) Material, quando constituído de atos humanos, ou seja, as ações que o homem pode fazer ou omitir, levar a cabo de sua maneira ou outra, sendo a sua origem a vontade;

b) Forma, no sentido moral dos atos humanos, sua retidão moral, assim entendida como a finalidade de satisfazer um bem objetivo, fazendo com que a ética não se mostre como uma disciplina inútil, mas, ao reverso, sua aplicação proporcione ao indivíduo as normas necessárias para atuar bem. Aristóteles, em “Ética de Nicômano”, afirma não se estudar para saber o que é a virtude, mas para ser virtuoso e bom...” [5]

Aristóteles, citado por Carlin, nos dá uma breve idéia de que devemos estudar para sermos virtuosos e bons. Assim, entendemos que se estudamos e formos virtuosos [6] e bons determos capacidade de andar com nossas próprias pernas e, por conseguinte, evoluirmos, chegando ao ápice da torre, conhecendo o mundo [7].

No Brasil tal evolução torna-se mais dificultosa, em razão da formação social e política, que remonta a península ibérica, onde a dominação social por parte das classes nobres, acabou tolhendo a evolução e a conseqüente busca pela autonomia.

Faoro, retrata bem a formação do patronato brasileiro, mormente a forma gananciosa por lucros e não por evolução com a qual os dominares se identificavam, afirmando que “a colonização, obra necessária ao comércio e à posse da conquista, exigia cabedais largos. A gente viria das sobras da Índia, dos inadequados à jornada, famintos de terras e cobiçosos de fortuna imediata.” [8]

Porém, é necessário gizar que a busca pelo saber passa pela análise subjetiva o sujeito cognoscente que a transforma e repassa aos que buscam tal saber, numa espécie de tridimensionalismo (teoria de Reale [9]), onde analisamos o fato de acordo com subjetividade que nos é intrínseca e a transmitimos à sociedade.

Assim, determinada teoria pode ter várias conotações, pois dependerá de quem a analisar, decorrendo, daí, a natureza subjetiva na busca pela sabedoria, que levará a autonomia.

## BIBLIOGRAFIA

ARANHA, Maria Lúcia Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: Introdução à filosofia*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

CARLIN, Volnei Ivo. *Deontologia Jurídica, Ética e Justiça*. Florianópolis: Obra Jurídica, 1996.

DÄNIKEN, Erich Von. *Eram os Deuses Astronautas?*. 47 ed. São Paulo: Melhoramentos, 2000.

DUBOS, René. *O despertar da razão*. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 12. ed. São Paulo: Globo, 1997

IHERING, Rugolf Von. *A luta pelo direito*. 4. ed. São Paulo: RT, 2004.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução de Lívio Xavier. 2. ed. São Paulo: Abril Cultura, 1979.

OSHO. *Zen: a transmissão especial*. Tradução de Ma Anand Samashti. Santana: Madras, 1999.

REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. 20. ed., São Paulo: Saraiva, 2002

[1] Nesse contexto, o filme *Matrix* dá idéia vaga de como seria atualmente a alegoria da caverna. Däniken, em sua obra *Eram os Deuses Astronautas?*, afirma que “Jung e seus discípulos parecem acreditar que certas recordações cósmicas têm sido transmitidas de geração em geração e influenciam, até hoje, os sonhos dos homens. Por outras palavras: em maior ou menor grau, cada ser humano leva consigo a memória da espécie. Quase totalmente inibida, manifesta-se parcial e esporadicamente em sonhos, revelando-se mais ativa, e de maneira muito especial, em determinadas pessoas. Nessa ordem de idéias, seriam exemplos de tais indivíduos excepcionais e privilegiados homens como Platão, Leonardo Da Vinci, Dante, Swift ou Vitor Hugo [...]” (DÄNIKEN, Erich Von. *Eram os Deuses Astronautas?*. 47 ed. São Paulo: Melhoramentos, 2000. p. 1)

[2] “[...] as ciências da natureza encontram no novo método a possibilidade de uma abordagem mais eficaz da realidade, no sentido de maior previsibilidade dos fenômenos e, conseqüentemente, maior poder para a transformação da natureza [...]” (ARANHA, Maria Lúcia Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: Introdução à filosofia*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997. p. 130). Isso é criticado por Fritjof Capra, em sua obra *Ponto de Mutação*, como veremos.

[3] “Lewis Carrol era professor de matemática na Universidade de Oxford quando escreveu o seguinte em *Alice no país das maravilhas*: ‘ – Gato Greshire... quer fazer o favor de me dizer qual é o caminho que eu devo tomar? – Isso depende muito do lugar para onde você quer ir – disse o Gato. – Não me interessa muito para onde... – Disse Alice. – Não tem importância então o caminho que você tomar – disse o Gato. - ... contanto que eu chegue a algum lugar – acrescentou Alice depois da explicação. – Ah, disse por ter certeza – disse o gato – desde que caminhe bastante’. A resposta do Gato tem sido frequentemente citada para exprimir a opinião de que os cientistas não sabem para onde o conhecimento está levando a humanidade e, além disso, não se importam muito. Diz-se que a ciência não pode oferecer objetivos sociais porque os seus valores são intelectuais e não éticos. Uma vez que os objetivos sociais tenham sido escolhidos por meio de critérios não científicos, a ciência pode determinar a melhor maneira de prosseguir. Mas é provável que a ciência possa contribuir para formular valores e, assim, estabelecer objetivos, tornando o homem mais consciente das conseqüências de seus atos. [...]” (DUBOS, René. *O despertar da razão*. São Paulo: Melhoramentos, 1971. p. 165.)

[4] PERELMAN, Chaïm. *Ética e Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. pág. 319 a 320. Para Carlin, “A primeira função do vocábulo *ethica* foi, fundamentalmente, adjetivo e geral, na análise do comportamento humano, surgindo, em fase ulterior, como uma doutrina dos costumes, aludindo ao comportamento moral e, dentro dele, ao comportamento jurídico. Atualmente dois são os significados conferidos ao vocábulo *ética*: a) em sentido amplo, relaciona-se com a ciência do direito e a doutrina moral; b) em sentido restrito, refere-se aos atos humanos e às normas que constituem determinado sistema de conduta moral, integrando-se, pois, única e especificamente com a doutrina moral. A *ética* não possui caráter legal, traduzindo-se, enfim, no respeito a regras de conduta não sancionadas por outras normas... *Ethiké*, numa definição singela, consiste na conduta profissional, feita a partir da afirmação de valores e da prática de técnicas consoante estes valores...” (CARLIN, Volnei Ivo. *Deontologia Jurídica, Ética e Justiça*. Florianópolis: Obra Jurídica, 1996. pág. 33 a 34)

[5] CARLIN, Volnei Ivo. *Deontologia Jurídica, Ética e Justiça*. Florianópolis: Obra Jurídica, 1996. p. 36.

[6] Segundo Maquiavel, podemos chegar ao poder através da virtude. (MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. Tradução de Lívio Xavier. 2. ed. São Paulo: Abril Cultura, 1979. p. 05.)

[7] Osho afirma: “os anjos voam, o homem rasteja, engatinha, embora ele também tenha nascido com asas, mas ele não está consciente dessas asas. Estando com um Mestre, a primeira consciência que acontece ao discípulo, é a de que ‘eu também posso voar’, de que ‘eu também posso ir em direção das estrelas’, de que eu também posso ter um diálogo com as estrelas e o céu e a infinidade e a eternidade’. O homem é tão inconsciente, que ele não está ciente-alerta de todo o seu potencial [...]” (OSHO. Zen: a transmissão especial. Tradução de Ma Anand Samashti. Santana: Madras, 1999. p. 170.)

[8] FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 12. ed. São Paulo: Globo. 1997. v. 1. p. 115.

[9] REALE, Miguel. Filosofia do direito. 20. ed., São Paulo: Saraiva, 2002. p. 509-510.

Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2576/A-ciencia-como-instrumento-de-busca-da-autonomia>  
Acesso em: 16 jun. 2009.